

**LEI Nº 1.725 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022**

PUBLICADO EM:  
23 / 12 / 2022  
PAÇO MUNICIPAL  
*Barvalho*  
RESPONSÁVEL

**“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder pensão por morte aos dependentes de servidor público falecido e dá outras providências”.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo do Município de Bom Jardim de Minas a conceder pensão por morte em virtude de falecimento de servidor público aposentado pelo antigo Regime Próprio de Previdência do Município.

**Parágrafo único.** Os dependentes de servidor falecido que fizerem jus ao recebimento da pensão por morte nos termos desta lei, deverão protocolar requerimento fundamentado junto ao setor de RH, contendo os seguintes documentos:

- I – Carteira de identidade, CPF e certidão de óbito do servidor falecido;
- II – Certidão de casamento, escritura de união estável ou sentença judicial de reconhecimento de união estável;
- III – Termo de Posse e decreto de aposentadoria do servidor falecido;
- IV – Lista com os nomes dos dependentes, conforme art. 16 da Lei Federal nº 8.213/91.

**Art. 2º** - A instituição da pensão por morte tratada nesta lei será concedida por meio de decreto, após a análise da documentação apresentada.

**Parágrafo primeiro.** Instituída a pensão por morte por meio de decreto, fica autorizado o lançamento do benefício na folha de pagamento.


**Parágrafo segundo.** Será dada publicidade pelo Executivo Municipal de todos os benefícios e beneficiários que forem contemplados com esta Lei, dando ciência inclusive ao poder Legislativo Municipal, para que este possa exercer seu poder de fiscalização.

**Art. 3º** - Sempre que houver solicitação do benefício disposto nesta lei, será realizado junto ao setor de contabilidade do Executivo cálculo referente ao benefício, sendo tais despesas incluídas legalmente no orçamento municipal.

**Art. 4º** - Em caso de omissão, aplica-se no que couber o disposto acerca do benefício de pensão por morte, conforme disposto na Lei 8213/91.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 23 de dezembro de 2022.



**Joaquim Laercio Rodrigues**  
**Prefeito Municipal**

PUBLICADO EM:

23 / 12 / 2022

PAÇO MUNICIPAL

*Barvalho*

RESPONSÁVEL